

Mandato poderá abrir a votação

Ulysses admite a possibilidade, desde que "facilite o processo"

O tripresidente Ulysses Guimarães admitiu ontem que se houver uma manifestação "expressivamente ampla" dos constituintes, poderá estudar uma maneira de vencer as dificuldades regimentais e colocar a questão do mandato do presidente Sarney em votação antes das outras matérias. "Sou favorável a tudo que venha facilitar o processo, mas não quero sobrepor a minha vontade pessoal", afirmou ele.

Ontem de manhã Ulysses participou da cerimônia de casamento da filha única do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), realizada na Ermida Dom Bosco, na região do Lago Sul de Brasília. O presidente José Sarney, cuja presença havia sido confirmada, não compareceu, enviando ao pai da noiva os seus cumprimentos e desculpas pela ausência. A igreja, marcada pela presença de muitos políticos e pela característica simplicidade mineira.

Antes de se dirigir ao casamento, Ulysses Guimarães passou pelo Congresso, quando se entrevistou com o relator Bernardo Cabral, para tomar conhecimento do andamento do trabalho que vem fazendo — dar o seu parecer a cada uma das 2.045 emendas apresentadas. Segundo ele,

até aquele momento, Cabral já havia analisado 800 emendas, o que considerou "alvissareiro". E, com base nessa constatação, o presidente da Constituinte conta com o certo que o prazo regimental será mesmo cumprido, com a fase de votação em plenário, sendo iniciada a partir do dia 27.

Revelou que ainda pretende promover encontros de lideranças, para se tentar mais uma vez um consenso a respeito de emendas que apresentem grandes discrepâncias. Somente depois dessas reuniões, se não se conseguir um acordo, é que ele pretende colocar as matérias em votação. No entanto, Ulysses informou ter percebido a existência de muitas coincidências entre as emendas dos diferentes grupos e partidos, o que considerou bastante positivo, "pois vai facilitar, primeiro, para o relator e, segundo, para se votar".

MANDATO

O presidente da Constituinte não considera como ponto já decidido o mandato de cinco anos para Sarney. Ao contrário de declarações feitas pelo Presidente da República, Ulysses acha que esse assunto, "como todos os demais, depende de uma votação conclusiva do plenário, que po-

de aprovar ou rejeitar". Enquanto o plenário não se manifesta, ele prefere encerrar o assunto como não concluído, apesar de reconhecer que a emenda de cinco anos teve um apoio "substancial", com um número alto de assinaturas.

Quanto à possibilidade dessas assinaturas se traduzirem em votos, Ulysses não manifestou muita segurança. Ao mesmo tempo em que reconhecia que ao assinarem a emenda dos cinco anos as pessoas levaram em conta seu "alcance e repercussão", ele lembrou que a história do Parlamento mostra que o voto pode ser mudado até a última hora. "Se existe a necessidade da votação, então ela se sobrepõe a qualquer emenda", concluiu.

Observou ainda o deputado que na cabeça de cada constituinte já está a decisão sobre a matéria e os pontos em que ele está de acordo com o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Ulysses acredita que cerca de 85% desse projeto já é "ponto pacífico", precisando fazer apenas com que o que está na cabeça de cada constituinte seja transformado em voto, "sem delongas". Finalmente, ele previu a possibilidade de se colocar em votação, em bloco, grande número de emendas.

CARLOS JACOBINA



Sem Sarney, Ulysses foi o principal convidado de Israel Pinheiro Filho

Casamento reúne os políticos

O casamento de Maria Paula Chaves Pinheiro e Eduardo Dornelles Marcello, ontem de manhã, na Ermida Dom Bosco, poderia não ter passado da simples concretização do sonho de um jovem casal apaixonado, não fosse ela filha do deputado constituinte Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG) e ele membro da tradicional família dos Dornelles de Minas.

A pequena igreja ficou lotada não só por familiares e amigos das famílias, mas também por políticos e pe-

la imprensa, à cata de notícias com os convidados especiais. A recepção, para fugir também do lugar comum, aconteceu na sede da Fundação que leva o nome do avô da noiva — Israel Pinheiro — de propriedade dos padres salesianos e que já foi utilizada como refúgio de grupos de constituintes que procuravam um lugar fora do alcance dos curiosos e da imprensa para discutir suas propostas à Constituinte.

O presidente José Sarney, que era esperado, à úl-

tima hora não compareceu e mandou seus pedidos de desculpas, deixando ao tripresidente Ulysses Guimarães a oportunidade de dividir com os noivos a atenção dos presentes. Além dele, participaram ainda da solenidade o governador interino do DF, Guy de Almeida, o senador Afonso Arinos, o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, o ministro Thales Ramalho, do TCU, o senador Virgílio Távora e a deputada Márcia Kubitschek, entre outros.

Estabilidade já tem consenso, diz Virgílio

A estabilidade no emprego, um dos pontos que desde o início da Constituinte tem se apresentado como dos mais polêmicos, teria finalmente chegado a um consenso, na opinião do senador Virgílio Távora (PDS-CE). "Estabilidade do emprego, garantida contra dispensa arbitrária, hipótese em que haverá indenização compensatória, conforme lei complementar". De acordo com o senador, este é o texto de consenso conseguido.

O entendimento, segundo Virgílio Távora, foi conseguido através de iniciativa dele próprio, do Centrão, dos deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e ainda dos sindicalistas Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Magri, presidente do Sindi-



Virgílio Távora

cato dos Eletricistas, também de São Paulo.

De acordo com a proposta entendida como de consenso, a indenização compensatória somente será

definida por lei complementar. Até lá, essa indenização seria feita com base em um percentual do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cujas propostas oscilam entre 20 e 50%, e que deverá ser definido quando da votação das Disposições Transitórias.

A euforia do senador Virgílio Távora poderá, no entanto, ser frustrada, pois ele não está considerando que recentemente os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Jair Meneguelli e Joaquim dos Santos Andrade, distribuíram à imprensa nota de repúdio à atitude de Medeiros e Magri, que não estariam autorizados a representar os trabalhadores brasileiros em entendimentos principalmente com o Centrão.

Para Simon, erros não tiram força do PMDB

Porto Alegre — O Governador Pedro Simon, PMDB, advertiu ontem que "mesmo que o partido tenha cometido equívocos e tenha que bater no peito para se penitenciar, ainda pode repetir sua luta histórica de buscar a unidade interna e aprovar a Constituição que seja a melhor para o País". Para isto, na opinião do governador, basta que os grupos dentro do PMDB não tentem marcar posição, como fazem os

partidos menores, mas busquem o diálogo com as outras correntes para votar a melhor Constituição possível, já que o seu partido tem a maioria para decidir.

Simon reiterou sua posição favorável ao parlamentarismo e aos cinco anos de mandato para Sarney, admitindo a possibilidade de que o quinto ano seja já com o novo sistema para evitar um golpe de estado.

O governador não aceita a tese das diretas-já porque não acredita que seja a melhor solução.

Ele lembra que em 1986, devido ao Plano Cruzado, o prestígio de José Sarney estava em alta e que se ele concorresse a presidente naquela época faria 95 por cento dos votos. Em seis meses calu vertiginosamente e provocaria uma grande mágoa no eleitorado que tivesse votado nele.